

UM PASSO ATRÁS NO CONCURSO PARA RECÉM-ESPECIALISTAS EM MEDICINA GERAL E FAMILIAR

Carolina Ferreira de Castro António^{1,4}, Catarina Falcão Alves^{2,4}, Mariana Silva Ribeiro^{3,4}

¹ Médica Interna de Formação Especializada em Medicina Geral e Familiar, USF Alto da Maia, ULS São João

² Médica Interna de Formação Especializada em Medicina Geral e Familiar, USF Pedras Rubras, ULS São João

³ Médica Interna de Formação Especializada em Medicina Geral e Familiar, USF Horizonte, ULS Matosinhos

⁴ Membro do Corpo Editorial da *AIMGF Magazine*

“Eles não sabem, nem sonham, que o sonho comanda a vida. Que sempre que um homem sonha o mundo pula e avança” já dizia António Gedeão. O que pensar quando o pulo é maior que o avanço?

A implementação de um Serviço Nacional de Saúde (SNS) baseado em Unidades Locais de Saúde (ULS) foi um sonho que se iniciou no ano de 2023, implementado em 2024, com o objetivo de trazer mais proximidade entre cuidados de saúde primários (CSP) e cuidados especializados hospitalares, de forma a melhorar a resposta dada aos nossos utentes. No entanto, a transição para o modelo de ULS não teve em consideração os desejos e aspirações dos jovens médicos, levando a um retrocesso ao invés de um avanço.

Todos os anos, médicos internos fazem as suas provas finais e especializam-se em Medicina Geral e Familiar (MGF). Tudo terminou: finalmente, anos de estudo colmataram em ser médico de família (MF) e iniciar a sua atividade como tal, gerindo a sua própria lista de utentes.

Com a implementação das ULS por todo o país, também o habitual procedimento concursal às vagas de especialistas se alterou. Anteriormente, tratava-se de um concurso nacional, gerido pela Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS), onde as colocações eram realizadas de acordo com a nota do candidato e a sua preferência. Este ano, surgiu um conceito diferente: cada ULS abriu as suas vagas conforme necessidade e determinou as condições necessárias para aceitação dos seus candidatos, não sendo um processo uniforme.

Em primeiro lugar, este novo sistema trouxe aos colegas uma sensação de insegurança, dado que um novo concurso com novas regras levou à desvalorização do processo pelo qual trabalharam durante os seus anos de internato.

Depois, houve ULS que inicialmente não disponibilizaram a que unidades de saúde correspondiam as suas vagas, tendo a ACSS esclarecido, após reivindicações, que os avisos de abertura dos procedimentos concursais devem identificar a unidade funcional onde se pretende que o médico exerça funções.

Além disso, a ausência de limites temporais para as aberturas de concurso resultou num completo desfasamento entre procedimentos concursais e em atrasos, dificultando o planeamento do processo de escolha. Muitos recém-especialistas viram-se perante o dilema de escolher uma vaga numa ULS pelo receio de perder a oportunidade ou aguardar por uma vaga mais desejada. Alguns, na dúvida e na incerteza, não se candidataram de todo, optando por deixar o SNS. Afinal, uma decisão com impacto no nosso futuro (e das nossas famílias) não deveria estar envolta em desorganização e falta de transparência e uniformidade.

Segundo dados provisórios da ACSS, após o término do último concurso (em novembro!), ficaram quase 70% das vagas para recém-especialistas por preencher – foram contratados apenas 279 jovens MF num total de 904 vagas disponibilizadas^{1,2} (sendo 408 o número de médicos que terminaram a formação especializada em MGF na época normal de 2024).³ A ministra da Saúde admitiu que o concurso para a contratação de MF para o SNS “não correu bem” e anunciou que o mesmo voltaria a ser nacional já para os colegas que terminaram o internato médico na época especial.

No entanto, na opinião das autoras, a mudança no procedimento concursal e o seu atraso não explicam na totalidade a baixa proporção de vagas de especialidade ocupadas. É fundamental questionarmos os motivos para o descontentamento dos médicos recém-especialistas que fazem com que não escolham uma vaga no SNS. O que leva o jovem MF a

preferir não se empregar, fazer tarefa, trabalhar no setor privado ou escolher outras vias da carreira médica em detrimento de continuar a trabalhar para um SNS com vontade de servir todo e qualquer cidadão, independentemente do seu estado socioeconómico e das suas patologias?

Em suma, enquanto o SNS não oferecer aos jovens médicos a valorização profissional e qualidade de vida pretendidas, por mais médicos que continue a formar, não os vai conseguir reter. E o número de utentes sem MF continuará a aumentar.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- 1- Camilo D. Quase 70% das vagas para contratar médicos de família ficaram por preencher. Rádio Renascença [Internet]. 2024 nov 23 [consultado em dez 2024]. Disponível em: <https://rr.sapo.pt/noticia/pais/2024/11/23/quase-70-das-vagas-para-contratar-medicos-de-familia-ficaram-por-preencher/402748/>
- 2- Campos A. Dois terços das vagas para contratar jovens médicos de família ficaram por ocupar. Público [Internet]. 2024 nov 23 [consultado em dez 2024]. Disponível em <https://www.publico.pt/2024/11/23/sociedade/noticia/dois-tercos-vagas-contratar-jovens-medicos-familia-ficaram-ocupar-2113032>
- 3- Lista de Classificação Final do processo de Avaliação final do Internato Médico da época normal de 2024 - Fev/Março. ACSS. Disponível em https://www.acss.min-saude.pt/wp-content/uploads/2016/09/AF_IM_MGF.pdf